



DELIBERAÇÕES DA REUNIÃO DO EXECUTIVO MUNICIPAL DE 03 DE OUTUBRO DE 2022

ADMINISTRAÇÃO GERAL

Deliberação 771/2022 (Processo 65640)

Associação Académica de Coimbra - Festa das Latas e Imposição de Insignias 2022

Aprovado apoiar o evento Festa das Latas e Imposição de Insignias 2022, através dos apoios logísticos elencados na informação n.º 65640/2022, da DLFA, bem como através da isenção do pagamento de taxas, no montante de total 25.786,30€, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alterada, e do n.º 2 do art.º 21.º do RGTPM, sendo que 765,00 € são referentes à isenção de pagamento de taxas, e 25.021,30 € relativos a apoios logísticos.

RECURSOS HUMANOS

Deliberação 772/2022 (Processo 41494)

Reserva de Recrutamento Interna - 1 Técnico Superior, na área funcional de Espaço Público, Trânsito, Edifícios e Infraestruturas Municipais - Divisão de Mobilidade, Transportes e Trânsito

Aprovado o recrutamento, com vista à ocupação de 1 PT, previsto e não ocupado no Mapa de Pessoal em vigor, em regime de CTFPPTI, da carreira/categoria de Técnico Superior, na área funcional de Espaço Público, Trânsito, Edifícios e Infraestruturas Municipais, existente no DEPMT, com recurso à reserva de recrutamento interna constituída para ocupação de idênticos postos de trabalho, na sequência do Procedimento Concursal Comum para ocupação de 1 posto de trabalho da carreira/categoria de TS, publicitado na BEP com o código OE202006/0887, e em cumprimento do disposto nos n.os 3 e 4 do art.º 30.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, e na Portaria n.º 12-A/2021, de 11 de janeiro.

Deliberação 773/2022 (Processo 16365)

Abertura de procedimento concursal comum - 1 Técnico Superior - Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado - Departamento Jurídico

Aprovada, de acordo com as disposições conjugadas no art.º 4.º e no n.º 1 do art.º 9.º, ambos do DL n.º 209/2009, de 3 de setembro, a abertura de Procedimento Concursal Comum para ocupação de 1 PT da carreira/categoria de TS, na área funcional Jurídica, em regime de CTFPPTI, nos termos regulamentados pela Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, e nos termos que se indicam em Ata.

Deliberação 774/2022 (Processo 65773)

Abertura - Procedimento concursal comum - 2 Técnicos Superiores (Fiscalização) - Departamento de Gestão Urbanística

Aprovada, de acordo com as disposições conjugadas no art.º 4.º e no n.º 1 do art.º 9.º, ambos do DL n.º 209/2009, de 3 de setembro, a abertura de Procedimento Concursal Comum para ocupação de 2 PT da carreira/categoria de TS, na área funcional Fiscalização, em regime de CTFPPTI, nos termos regulamentados pela Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, e nos termos que se indicam em Ata.

Deliberação 775/2022 (Processo 65731)

Abertura de Procedimento Concursal Comum para ocupação de 1 posto de trabalho da carreira/categoria de Técnico Superior, na área funcional de Mobilidade e Transportes, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado - DEPM

Aprovar, de acordo com as disposições conjugadas no art.º 4.º e no n.º 1 do art.º 9.º, ambos do DL n.º 209/2009, de 3 de setembro, a abertura de Procedimento Concursal Comum para ocupação de 1 PT da carreira/categoria de TS, na área funcional Mobilidade e Transportes, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, nos termos regulamentados pela Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, e nos termos que se seguem se indicam em Ata.

Deliberação 776/2022 (Processo 65649)

Abertura de Procedimento Concursal Comum para ocupação de 1 posto de trabalho da carreira/categoria de Assistente Operacional, na área funcional de manutenção de edifícios, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado - DEEM

Aprovada, de acordo com as disposições conjugadas no art.º 4.º e no n.º 1 do art.º 9.º, ambos do DL n.º 209/2009, de 3 de setembro, a abertura de Procedimento Concursal Comum para ocupação de 1 PT da carreira/categoria de Assistente Operacional, na área funcional de Manutenção de Edifícios, em regime de CTFPPTI, nos termos regulamentados pela Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, e nos termos que se indicam em Ata.

FINANCEIRO

Deliberação 778/2022 (Processo 64537)

Alteração ao Orçamento n.º 18 (Modificação aos Documentos Previsionais n.º 19/2022)

Tomado conhecimento do despacho do Senhor Presidente de 27/09/2022, que aprovou a 18.ª Alteração aos Documentos Previsionais no valor total de 1.279.550,53 € de reforços e de anulações no Orçamento da Despesa, com o devido enquadramento legal, nos termos da Norma de Contabilidade Pública 26 (NCP 26) do Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas - SNC-AP, do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e nos termos do Capítulo IV da Norma de Controlo Interno em vigor, justificando-se pelas propostas dos serviços municipais, no cumprimento do n.º 9 do artigo 8.º - Modificações Orçamentais, da Norma de Controlo Interno em vigor.

Deliberação 779/2022 (Processo 7882)

SMTUC - 4.ª Alteração ao Orçamento dos SM-UTC/2022

Tomado conhecimento do despacho do Senhor Presidente de 27/09/2022, que aprovou a 4.ª Alteração ao Orçamento dos SMTUC/2022 no valor de € 355.285,00, nos termos e com os fundamentos da informação n.º 7882, objeto da deliberação do Conselho de Administração dos SMTUC de 23/09/2022, com o n.º 7977.

EQUIPAMENTO RURAL E URBANO

Deliberação 780/2022 (Processo 64606)

Mercado Municipal D. Pedro V - Abertura de procedimento para a atribuição de concessões em regime de ocupação permanente - lugares de venda disponíveis - Hasta Pública

Aprovado o procedimento de concurso, por Hasta Pública, para a atribuição de locais de venda, do valor base, grupo de produtos comercializáveis, géneros e tipos de produtos ou atividades autorizadas, com exceção do espaço P4 dos lugares de venda disponíveis em hasta pública; Aprovada a minuta de "Edital" do procedimento da Hasta Pública; Aprovada a fórmula de cálculo do valor base de concurso/licitação:

- Cada loja ou banca será licitada separadamente;
- A base de licitação definida para cada concessão, bem como dos lanços mínimos, é apresentada em euros e resulta da aplicação dos valores padrão;
- O valor resultante, para cada base de licitação, da aplicação de valores padrão definidos no parágrafo anterior será arredondado para a meia centena de euros seguinte;

Aprovada a realização de um ato único público para a licitação de concessões de locais de venda, a realizar no dia 2 de novembro de 2022, de modo a garantir um prazo de publicação de 15 dias, relativamente à data de publicação do Edital do Procedimento de Hasta Pública; Aprovado que a publicitação da Hasta Pública e Condições Gerais e Especiais revista as seguintes modalidades:

- Afixação no Atrio dos Paços do Município, no edifício do Mercado Municipal D. Pedro V e nos demais locais de uso e costume, constando:

a. Data da deliberação que determina a realização da praça;

b. Data, hora e local de realização da praça;

c. Identificação dos locais de venda sujeitos a Hasta Pública com indicação do tipo, da área ou frente de venda, da base de licitação fixada, valor dos lanços, da taxa de ocupação mensal aplicável e do setor de atividade autorizado ou finalidade;

d. Forma de pagamento da taxa de arrematação;

e. Indicação dos locais onde podem ser consultadas as condições gerais e especiais que regem a Hasta Pública;

f. Outros elementos considerados relevantes.

• Publicação no sítio da Câmara Municipal de Coimbra e Mercado Municipal D. Pedro V, ou outros;

• Que sejam adotados os mesmos procedimentos complementares usados nas anteriores Hastas Públicas, nomeadamente ao nível da Ata Avulsa de Arrematação e do Auto de Arrematação.

Aprovados os elementos que compõem a Comissão de Trabalho no âmbito da Hasta Pública:

• Dr. Pedro Malta, Diretor de Departamento Financeiro, membro efetivo, membro efetivo, que preside a Comissão;

• Dr. Miguel Branquinho, técnico superior do Gabinete de Apoio ao Investidor/Mercado Municipal D. Pedro V, membro efetivo;

• Dr.ª Brígida Mateus, técnica superior do Gabinete de Apoio ao Investidor, membro efetivo;

• Dra. Alexandra Batalha, Chefe de Divisão da Divisão de Compras e Logística, membro suplente, que substituirá o Presidente da Comissão nas faltas e impedimentos;

• Dr.ª Magda Brígida Lucas, técnica superior do Gabinete de Apoio ao Investidor, membro suplente;

• Dr.ª Ana Cláudia Neves Bastos, técnica superior da Divisão de Contabilidade e Finanças, membro suplente;

Tratando-se de uma Comissão, em tudo idêntica a um júri de concurso, aprovada a delegação de competências na Comissão para que esta possa prestar os esclarecimentos sobre dúvidas relativas às peças concursais e para proceder às notificações decorrentes do presente processo concursal - n.º 2 do artigo 69.º do CCP.

Deliberação 784/2022 (Processo 63579)

Agência para a Promoção da Baixa de Coimbra (APBC)/ Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra (IIUC) - "Noite Europeia dos Investigadores - NEI"

Retificado o despacho do Senhor Presidente de 22/09/2022 que, ao abrigo da competência própria prevista no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, isentou a Agência para a Promoção da Baixa de Coimbra (APBC) do pagamento de taxas no valor de 1.909,25€, relativas ao evento denominado "Noite Europeia dos Investigadores - NEI", cujo tema foi "Ciência para Todos - Sustentabilidade e Inclusão", ao abrigo alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alterada, conjugado com o n.º 2 do artigo 21.º do Regulamento Geral de Taxas e Preços Municipais, considerando fundamentado o relevante e manifesto interesse municipal.

Deliberação 785/2022 (Processo 64617)

Agência para a Promoção da Baixa de Coimbra - Performance de Dança no âmbito do Festival de Dança de Coimbra

Ratificado o despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de 23/09/2022 que, no uso da competência própria prevista no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, alterada, isentou a Agência para a Promoção da Baixa de Coimbra do pagamento de taxas e preços municipais no valor de 149,25€, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alterada, conjugado com o n.º 2 do artigo 21.º do Regulamento Geral de Taxas e Preços Municipais, considerando o relevante interesse público municipal da iniciativa, devidamente avalizado pelo parecer emitido pela DCPT.

Deliberação 786/2022 (Processo 64481)

Marionet - Associação Cultural - Parecer no âmbito da atribuição do estatuto de utilidade pública

Aprovada a emissão de parecer favorável sobre a atividade da Marionet Associação Cultural para efeitos de aneção à candidatura no âmbito do processo de atribuição do estatuto de utilidade pública, cuja minuta do ofício a remeter à Presidência do Conselho de Ministros se encontra anexa à informação técnica.

Deliberação 787/2022 (Processo 58320)

Regime de reconhecimento e proteção de estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local - Reconhecimento da Loja "Ourivesaria Costa", sita na Rua Ferreira Borges n.º 153, União das Freguesias de Coimbra (Sé Nova, Santa Cruz, Almedina e S. Bartolomeu), Coimbra

Reconhecida a "Ourivesaria Costa" como "Loja com História", nos termos e para efeitos do disposto no artigo 6.º da Lei n.º 42/2017, de 14 de junho, com os fundamentos da informação n.º 34496/2022, de 18 de maio, da DGUC, comunicando a decisão ao Estado conforme designado na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º da Lei n.º 42/2017, de 14 de junho.

Deliberação 788/2022 (Processo 64420)

Regime de reconhecimento e proteção de estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local - Reconhecimento do estabelecimento "Diligência Bar"

Reconhecido o "Diligência Bar/Casa de Fados" como "Estabelecimento de Interesse Histórico e Cultural ou Social Local", nos termos e para efeitos do disposto no artigo 6.º da Lei n.º 42/2017, de 14 de junho, na sua atual redação, com os fundamentos da informação n.º 33047/2022, de 13 de maio, comunicando a decisão ao Estado conforme designado na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º da Lei n.º 42/2017, de 14 de junho.

Deliberação 789/2022 (Processo 14780)

Rede Nacional de Bibliotecas Públicas

Aprovada a adesão da Biblioteca Municipal de Coimbra à Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, mediante a celebração de protocolo de adesão.

Deliberação 790/2022 (Processo 66186)

Protocolo de colaboração com o Ministério da Administração Interna para a realização de evento no Convento São Francisco denominado "Conferências de Coimbra" no âmbito da Segurança Urbana

Aprovada a minuta de protocolo de colaboração entre o Município de Coimbra e o Ministério da Administração Interna para a realização das "Conferências de Coimbra" no âmbito da segurança urbana.

Deliberação 791/2022 (Processo 66345)

Pedido de abertura do procedimento com vista à elaboração do Programa Municipal de Apoio ao Ecosistema Cultural (PMAEC)

Aprovada, ao abrigo do preceituado na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos e para os efeitos previstos no artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo, a abertura do procedimento com vista à elaboração do Programa Municipal de Apoio ao Ecosistema Cultural, dando-se, assim, início ao procedimento e participação procedimental, podendo os interessados, pelo período de 10 dias úteis, constituir-se como tal e apresentarem, por escrito, os seus contributos para a elaboração do referido programa.

SAÚDE

Deliberação 783/2022 (Processo 64477)

Aceitação de doação de 10kg de produtos à base de carne apreendidos pela ASAE por falta de requisitos de rotulagem e falta de NCV (proposta apresentada telefonicamente por Inspetor da ASAE)

Aprovado aceitar, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a doação de 10Kg de produtos, à base de carne, pela

ASAE - Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, com um valor presumível aproximado de 100€, e destinada a ser usada como isco nas jaulas de captura de animais como atrativo, com agradecimento à Entidade doadora (ASAE).

HABITAÇÃO

Deliberação 792/2022 (Processo 55996)

Reabilitação de 105 Habitações Municipais nos Bairros da Rosa e Ingote - 1.º Direito - Lote 3, Lote 4 e Lote 5

Aprovada a adjudicação do Lote 3, a favor do concorrente n.º 4, CONWAY, Lda., pelo valor de 670 651,35 €, ao qual acresce o montante do I.V.A., com um prazo de execução de 450 dias; Aprovada a não adjudicação do Lote 4, a favor do concorrente n.º 4, CONWAY, Lda., devido à limitação da classe do alvará; Aprovada a adjudicação do Lote 4, a favor do concorrente n.º 3, Veiga Lopes, S.A., pelo valor de 769 647,43 €, ao qual acresce o montante do I.V.A., com um prazo de execução de 450 dias; Aprovada a adjudicação do Lote 5, a favor do concorrente n.º 3, Veiga Lopes, S.A., pelo valor de 812 583,16 €, ao qual acresce o montante do I.V.A., com um prazo de execução de 481 dias; Aprovadas as minutas dos contratos de empreitada, em simultâneo com a adjudicação, nos termos do artigo 98.º do CCP; Designado para o gestor dos contratos, que terá a função de acompanhar permanentemente a execução destes, nos termos do artigo 290.º-A do CCP, a Eng.ª Sofia Malo, Técnica Superior da DPH.

PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

Deliberação 793/2022 (Processo 65391)

Requalificação do Parque Manuel Braga

Aprovada a prorrogação do prazo de execução da empreitada de Requalificação do Parque Manuel Braga, por um período de 10 dias, de 19/10/2022 até 28/10/2022, de forma a permitir a finalização dos trabalhos, decorrente do impacto que a obra da IP/DST teve no planeamento dos trabalhos, notificando-se a firma adjudicatária nos termos da informação da DIEP.

A revisão de preços destes trabalhos deverá ser realizada nos termos do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, com base nas fórmulas patenteadas a concurso, e previstas no ponto 2) das Cláusulas Complementares do Caderno de Encargos.

Deliberação 794/2022 (Processo 63549)

"PEDU - Caminhos Pedonais de Cruz de Celas - Baixa / Arregaça e Loios: Lote 2 - Ligação da Rua Miguel Torga à Rua Infanta Dona Maria" - Revisão de preços provisória RP 06

Aprovada a Revisão de Preços Provisória n.º 6 da empreitada "PEDU - Caminhos Pedonais de Cruz de Celas - Baixa/Arregaça e Loios: Lote 2 - Ligação da Rua Miguel Torga à Rua Infanta Dona Maria", no valor de 23.257,52€ (c/ IVA incluído), de acordo com os cálculos desenvolvidos nos mapas anexos à informação da DIEP e que atendem às disposições contidas no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.

Deliberação 795/2022 (Processo 63563)

"PEDU - Caminhos Pedonais de Cruz de Celas - Baixa / Arregaça e Loios: Lote 4 - Rua General Humberto Delgado e Arregaça" - Revisão de preços provisória RP 06

Aprovada a Revisão de Preços Provisória n.º 6 da empreitada "PEDU - Caminhos Pedonais de Cruz de Celas - Baixa/Arregaça e Loios: Lote 4 - Rua General Humberto Delgado e Arregaça", no valor de 9.363,93€ (c/ IVA incluído), de acordo com os cálculos desenvolvidos nos mapas anexos à informação da DIEP e que atendem às disposições contidas no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.

Deliberação 796/2022 (Processo 63505)

Valorização do Espaço Público - Requalificação do Largo da Sé Velha; Valorização do percurso Universidade Arco de Almedina - Rua e Largo do Quebra-Costas; Rua para Todos Alta - Requalificação das Escadas e Beco da Carqueja; LOTE 3- Requalificação das Escadas e Beco da Carqueja (PEDU)" - Revisão de Preços Definitiva e Conta Final

Aprovada a Revisão de Preços Definitiva da empreitada "Valorização do Espaço Público - Requalificação do Largo da Sé Velha; Valorização do percurso Universidade Arco de Almedina - Rua e Largo do Quebra-Costas; Rua para Todos Alta - Requalificação das Escadas e Beco da Carqueja; LOTE 3- Requalificação das Escadas e Beco da Carqueja (PEDU)", no valor de 11.183,85€ (c/IVA incluído), elaborada de acordo com os cálculos desenvolvidos e apresentados nos documentos anexos à informação da DIEP, e que atendem às disposições legais e documentos constantes do procedimento concursal, bem como aprovar a respetiva Conta Final da empreitada.

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO

Deliberação 797/2022 (Processo 1750)

Imobiliária Patrocínio Tavares, S.A - Alteração ao alvará de loteamento n.º 524 - Lomba - União das Freguesias de Trouxemil e Torre de Vilela

Aprovado o pedido de licenciamento de alteração do alvará de loteamento n.º 524, nos termos dos artigos 27.º e 76.º do RJUE, e que substanciam: (1) aumento da superfície de pavimento dos lotes 9 a 12; (2) alteração de outros parâmetros urbanísticos (área dos lotes, área de implantação, cêrcea, tipologia das edificações, cota de soleira, n.º lugares de estacionamento, etc.).

EMPRESAS MUNICIPAIS

Deliberação 797/2022 (Processo 52600)

AC - Águas de Coimbra, EM - Relatório económico-financeiro do 1.º Semestre de 2022

Tomado conhecimento do Relatório económico-financeiro do 1.º Semestre de 2022 da AC, Águas de Coimbra, E.M.; Enviado à Assembleia Municipal.